

científicas, operando sem fins lucrativos e tendo como receita principal a prestação de serviço.

É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, certificada como entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, com sede na cidade de Joinville (SC), à Rua Xavier Arp nº 15, no bairro Boa Vista.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Fundação em 25 de março de 2022.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 - R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 - R1).

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Fundação classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa;
- (b) Instrumentos de dívida; e,
- (c) Instrumentos em ações.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado. Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em poder da Fundação, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.5 Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores referentes as prestações de serviços de saúde e serviços de educação provenientes no decurso normal das atividades da Fundação. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos), quando necessário.

3.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.7 Investimentos

Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

As propriedades para investimento (formado por terrenos) foram registradas pelo valor justo a partir de 01 de janeiro de 2011.

3.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam

benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a respectiva vida útil estimada.

A partir da data de transição as novas práticas contábeis a Fundação efetuou revisão e mudança de estimativa no cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados, sendo os efeitos registrados prospectivamente a partir da data dessa revisão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.9 Intangível

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido perdas ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.11 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.12 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.14 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.15 Julgamento e Uso de Estimativas

Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Fundação se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Valor recuperável dos estoques, imobilizados e intangíveis; e,
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Fundação.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------------------|----------------|------------------|
| Caixa | 4.382 | 5.934 |
| Bancos Conta Movimento | 24.240 | 24.771 |
| Aplicação Financeira | 915.145 | 2.332.001 |
| Total de Caixa e Equivalentes de Caixa | 943.767 | 2.362.706 |

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------|------------------|------------------|
| Contas a Receber Serviços de Saúde | 4.112.760 | 5.167.644 |
| Contas a Receber Serviços de Saúde RLP | 2.256.552 | 2.256.551 |
| Contas a Receber Serviços de Educação | 1.471.122 | 1.130.331 |
| Provisão para Perdas | (1.212.494) | (1.012.640) |
| Contas a Receber | 6.627.940 | 7.541.886 |

Aging List de Contas a Receber

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Vencidos | 4.166.619 | 3.599.929 |
| A vencer até 1 ano | 1.417.263 | 2.698.046 |
| A vencer acima de 1 ano | 2.256.552 | 2.256.551 |
| Contas a Receber | 7.840.434 | 8.554.526 |

Contas a Receber por Tipo de Moeda

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Reais | 7.840.434 | 8.554.526 |
| Contas a Receber de Clientes | 7.840.434 | 8.554.526 |

NOTA 06 - ESTOQUES

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Materiais Clínicos Hospitalares | 1.960.975 | 1.677.171 |
| Material de Expediente | 50.091 | 35.978 |
| Material de Manutenção | 292.238 | 320.086 |
| Materiais de Higiene e Limpeza | 43.725 | 54.758 |
| Outros Materiais | 186.192 | 186.384 |
| Total dos Estoques | 2.533.221 | 2.274.377 |

NOTA 07 - INVESTIMENTOS

07.1 Participações em Fundos

| | Outros Investimentos | Total |
|----------------------------------|----------------------|---------------|
| Em 31 de dezembro de 2019 | 83.412 | 83.412 |
| Adições | 858 | 858 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 84.270 | 84.270 |
| Adições | 3.270 | 3.270 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 87.540 | 87.540 |

07.2 Propriedades para Investimentos

| | Terrenos | Total |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo Final em 31.12.2019 | 10.111.750 | 10.111.750 |
| Ajustes ao Valor Justo (Perdas) | (281.750) | (281.750) |
| Ajustes ao Valor Justo (Ganhos) | 24.000 | 24.000 |
| Saldo Final em 31.12.2020 | 9.854.000 | 9.854.000 |
| Ajustes ao Valor Justo (Ganhos) | 1.284.000 | 1.284.000 |
| Saldo Final em 31.12.2021 | 11.138.000 | 11.138.000 |

NOTA 08 – IMOBILIZADO

| | Terrenos | Edificações e Benfeitorias | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Veículos | Equipamentos de Informática | Livros | Benfeitorias em Bens Locados | Bens em Andamento | Total |
|----------------------------------|------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------|----------------|-----------------------------|---------------|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Vida Útil em Anos | | 50 | 20 a 25 | 12 | 10 | 5 | 15 | 10 | | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | | | | |
| Custo | 3.423.105 | 2.931.112 | 9.144.463 | 2.803.188 | 374.927 | 1.414.910 | 31.822 | 2.394.281 | 615.408 | 23.133.216 |
| Depreciação Acumulada | - | (1.075.257) | (3.443.937) | (1.465.011) | (169.432) | (1.193.272) | (12.104) | (601.923) | - | (7.960.936) |
| Valor contábil líquido | 3.423.105 | 1.855.855 | 5.700.526 | 1.338.177 | 205.495 | 221.638 | 19.718 | 1.792.358 | 615.408 | 15.172.280 |
| Adições | - | - | 406.757 | 107.507 | - | 26.084 | - | - | - | 540.348 |
| Baixas | - | - | (207.410) | (15.794) | - | (12.516) | - | - | - | (235.720) |
| Depreciação | - | (62.578) | (500.016) | (181.185) | (33.638) | (110.969) | (1.952) | (201.253) | - | (1.091.591) |
| Baixas da Depreciação | - | - | 200.143 | 6.791 | - | 12.131 | - | - | - | 219.065 |
| Saldo Final | 3.423.105 | 1.793.277 | 5.600.000 | 1.255.496 | 171.857 | 136.368 | 17.766 | 1.591.105 | 615.408 | 14.604.382 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | | | |
| Custo | 3.423.105 | 2.931.112 | 9.343.810 | 2.894.901 | 374.927 | 1.428.478 | 31.822 | 2.394.281 | 615.408 | 23.437.844 |
| Depreciação Acumulada | - | (1.137.835) | (3.743.810) | (1.639.405) | (203.070) | (1.292.110) | (14.056) | (803.176) | - | (8.833.462) |
| Valor contábil líquido | 3.423.105 | 1.793.277 | 5.600.000 | 1.255.496 | 171.857 | 136.368 | 17.766 | 1.591.105 | 615.408 | 14.604.382 |
| Adições | - | - | 2.591.898 | 109.370 | 175.000 | 52.508 | - | - | 9.106 | 2.937.882 |
| Baixas | - | - | (311.584) | (11.353) | (98.900) | (51.228) | - | - | - | (473.065) |
| Transferências | - | 615.408 | - | - | - | - | - | - | (615.408) | - |
| Depreciação | - | (62.799) | (420.138) | (170.566) | (52.663) | (88.322) | (2.088) | (200.919) | - | (997.495) |
| Baixas da Depreciação | - | - | 311.193 | 10.090 | 98.900 | 50.721 | - | - | - | 470.904 |
| Saldo Final | 3.423.105 | 2.345.886 | 7.771.369 | 1.193.037 | 294.194 | 100.047 | 15.678 | 1.390.186 | 9.106 | 16.542.608 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | | | | |
| Custo | 3.423.105 | 3.546.520 | 11.624.124 | 2.992.918 | 451.027 | 1.429.758 | 31.822 | 2.394.281 | 9.106 | 25.902.661 |
| Depreciação Acumulada | - | (1.200.634) | (3.852.755) | (1.799.881) | (156.833) | (1.329.711) | (16.144) | (1.004.095) | - | (9.360.053) |
| Valor contábil líquido | 3.423.105 | 2.345.886 | 7.771.369 | 1.193.037 | 294.194 | 100.047 | 15.678 | 1.390.186 | 9.106 | 16.542.608 |

O valor de R\$ 997.495 (R\$ 1.091.591 em 2020) referente à depreciação foi lançado ao resultado na rubrica de "Custos Operacionais".

NOTA 09 – INTANGÍVEL

| | Software | Total |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Vida Útil em Anos | 5 | 5 |
| Em 31 de Dezembro de 2019 | | |
| Custo | 631.727 | 631.727 |
| Amortização Acumulada | (354.762) | (354.762) |
| Valor contábil líquido | 276.965 | 276.965 |
| Amortização | (57.508) | (57.508) |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | | |
| Custo | 631.727 | 631.727 |
| Amortização Acumulada | (412.270) | (412.270) |
| Valor contábil líquido | 219.457 | 219.457 |
| Adições | 4.113 | 4.113 |
| Amortização | (57.508) | (57.508) |
| Em 31 de Dezembro de 2021 | | |
| Custo | 635.840 | 635.840 |
| Amortização Acumulada | (469.778) | (469.778) |
| Valor contábil líquido | 166.062 | 166.062 |

O valor de R\$ 57.508 (R\$ 57.508 em 2020) referente à amortização foi lançado ao resultado na rubrica de "Custos Operacionais".

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Fundação realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por desvalorização.

Estes testes são realizados de acordo com a seção 27 do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Fundação verificou que não existem evidências internas ou externas que os ativos possam ter sofrido perdas por desvalorização.

NOTA 11 – FORNECEDORES

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores Mercado Interno | 2.492.507 | 1.989.233 |
| Parcela Circulante | 2.492.507 | 1.989.233 |
| Fornecedores Investimentos - (LP) | 81.179 | 208.779 |
| Parcela Não Circulante | 81.179 | 208.779 |
| Total a Pagar a Fornecedores | 2.573.686 | 2.198.012 |

Aging List Fornecedores

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Vencidos | 1.090 | 8.178 |
| A vencer até 30 dias | 945.293 | 1.277.045 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 1.216.374 | 474.635 |
| A vencer de 61 a 90 dias | 219.785 | 111.876 |
| A vencer de 91 a 180 dias | 39.915 | 324.768 |
| A vencer de 181 a 360 dias | 70.050 | 1.510 |
| A vencer a mais de 365 dias | 81.179 | - |
| Contas a Pagar a Fornecedores | 2.573.686 | 2.198.012 |

NOTA 12 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------|---------------------|------------------|
| Circulante | | |
| Modalidade | Taxa Média | Garantia |
| Capital de Giro | 12,68% e 9,06% a.a. | Aval |
| | 2.301.591 | 1.654.702 |
| Total do Circulante | 2.301.591 | 1.654.702 |
| Não Circulante | | |
| Modalidade | Taxa Média | Garantia |
| Capital de Giro | 12,68% e 9,06% a.a. | Aval |
| | 4.630.337 | 5.431.311 |
| Total do Não Circulante | 4.630.337 | 5.431.311 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 6.931.928 | 7.086.013 |

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------|------------------|------------------|
| Por Data de Vencimento | | |
| Em até 6 meses | 1.068.284 | 713.213 |
| De 6 meses a 1 ano | 1.233.307 | 941.489 |
| De 1 a 2 anos | 2.377.480 | 1.507.751 |
| De 2 a 3 anos | 1.972.410 | 1.697.125 |
| De 3 a 4 anos | 280.447 | 1.850.847 |
| De 4 a 5 anos | - | 375.588 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 6.931.928 | 7.086.013 |

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------------------|------------------|------------------|
| Por Tipo de Moeda | | |
| Reais - R\$ | 6.931.928 | 7.086.013 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 6.931.928 | 7.086.013 |

A Entidade fornece como garantia o contrato junto ao SUS.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Salários e Ordenados | 2.072 | 3.949 |
| Previdência Social | 109.906 | 122.240 |
| FGTS | 200.613 | 204.039 |
| Provisão Férias | 2.475.315 | 2.335.114 |
| Total de Obrigações Sociais | 2.787.906 | 2.665.342 |

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| ISS Retido | 3.829 | 7.449 |
| IRRF Pessoa Física | 316.616 | 274.434 |
| IRRF Pessoa Jurídica | 3.530 | 3.918 |
| Outros Tributos Retidos | 29.866 | 26.482 |
| Total de Obrigações Fiscais | 353.841 | 312.283 |

NOTA 15 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade mantém provisões para contingências cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" de R\$ 51.834 para as ações cíveis (R\$ 51.834 em 2020) pelos assessores jurídicos. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

Adicionalmente, em 31/12/2021 existem outros passivos contingentes cujo riscos de perdas tenham sido avaliados como possível perda no montante de R\$ 21.801.

NOTA 16 - CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

A Fundação Pró Rim é uma entidade certificada pelo Ministério da Saúde como entidade beneficente, sendo que todos os recursos financeiros por ela gerados são reinvestidos em benefício da sua atividade principal.

A Portaria nº 1.239, de 24 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial de União, em 29 de dezembro de 2021, na página 173, diário nº. 245, concedeu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação Pró Rim, para o período de 5 de fevereiro de 2020 a 4 de fevereiro de 2023.

NOTA 17 - ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, portanto, usufrui da Isenção das Contribuições Sociais de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91, sendo que no Exercício de 2021 foi de R\$ 6.222.395 (R\$ 5.821.746 em 2020) conforme percentuais e valores abaixo demonstrados:

| RUBRICA | VALOR (R\$) | VALOR (R\$) |
|--------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 |
| 20% sobre folha de salários, autônomos e contribuintes individuais | 4.396.964 | 4.377.670 |
| RAT/SAT | 550.311 | 174.552 |
| Terceiros (5,8% - Saúde) | 1.275.120 | 1.269.524 |
| TOTAL | 6.222.395 | 5.821.746 |

NOTA 18 - ATIVIDADES BENEFICENTES NA SAÚDE E GRATUIDADES NA EDUCAÇÃO

Por ser uma Entidade mista na forma do artigo 10 do Decreto Federal nº 8.242/2014, com atuação preponderante na área da Saúde, a Fundação comprova sua condição de Certificada da seguinte forma:

NOTA 19 - RECEITA DE SERVIÇOS

| | 2021 | | | | 2020 | | | |
|----------------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | ADM. CENTRAL | SAÚDE | EDUCAÇÃO | TOTAL | ADM. CENTRAL | SAÚDE | EDUCAÇÃO | TOTAL |
| Serviços de Saúde - SUS | - | 26.307.706 | - | 26.307.706 | - | 25.094.951 | - | 25.094.951 |
| Serviços de Saúde - Convênios e Particulares | - | 161.110 | - | 161.110 | - | 91.886 | - | 91.886 |
| Subvenções Federal | 2.282.893 | - | - | 2.282.893 | - | - | - | - |
| Subvenções Estadual | 116.000 | - | - | 116.000 | - | - | - | - |
| Serviços de Pesquisas | - | 251.896 | - | 251.896 | - | 171.480 | - | 171.480 |
| Serviços de Educação - Cursos Técnicos | - | - | 4.391.492 | 4.391.492 | - | - | 4.470.216 | 4.470.216 |
| Serviços de Educação - Não Formal | - | - | 383.633 | 383.633 | - | - | 216.144 | 216.144 |
| Receita de Doações | 20.977.110 | 19.126 | - | 20.996.236 | 22.072.834 | 99.465 | 1.000 | 22.173.299 |
| Receita Produtos Sociais | 49.056 | - | - | 49.056 | 16.538 | - | - | 16.538 |
| Outras Receitas/ (Despesas) | 1.922.909 | 106.121 | 229.813 | 2.258.843 | 969.952 | 384.888 | 316.878 | 1.671.718 |
| (-) Comissões sobre Contribuições | (1.692.818) | - | - | (1.692.818) | (1.883.356) | - | - | (1.883.356) |
| (-) Devoluções | (1.906) | - | (18.281) | (20.187) | (190.443) | - | (18.071) | (208.514) |
| (-) Descontos Incondicionais Ensino | - | - | (490.606) | (490.606) | - | - | (488.671) | (488.671) |
| (-) Gratuidades - Bolsas de Estudo | - | - | (755.863) | (755.863) | - | - | (755.734) | (755.734) |
| Receitas Operacionais | 23.653.244 | 26.845.959 | 3.740.188 | 54.239.391 | 20.985.525 | 25.842.670 | 3.741.762 | 50.569.957 |
| Receitas Financeiras (NOTA 21) | | | | (246.101) | | | | (223.962) |
| Conciliação com DRE | | | | 53.993.290 | | | | 50.345.995 |

NOTA 20 – CUSTOS OPERACIONAIS

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Custo do Material Direto | 13.012.823 | 10.981.275 |
| Custo com Pessoal - Operacional Saúde | 9.871.546 | 9.466.788 |
| Custo com Pessoal - Operacional Ensino | 2.434.786 | 1.868.764 |
| Custo com Pessoal - Operacional Pesquisa | 149.978 | 135.439 |
| Custo com Pessoal - Call Center | 3.758.461 | 4.042.929 |
| Custo com Pessoal - Produto Social | 57.061 | - |
| Manutenção | 2.012.191 | 1.902.325 |
| Serviços Profissionais | 2.106.431 | 1.713.121 |
| Água e Esgoto | 503.096 | 534.685 |
| Combustíveis | 101.790 | 109.104 |
| Energia Elétrica | 770.879 | 709.479 |
| Depreciação | 1.055.004 | 1.149.099 |
| Aluguéis / IPTU | 2.415.123 | 2.298.252 |
| Outros Custos Operacionais | 73.453 | 110.702 |
| Total Custos Operacionais | 38.322.622 | 35.021.962 |

NOTA 21 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Despesas Financeiras | | |
| Juros Pagos | (2.991) | (1.078) |
| Descontos Concedidos | (8.364) | (29.007) |
| Multas | (1.831) | (296) |
| Juros sobre Financiamentos | (530.438) | (586.113) |
| Outras Despesas Financeiras | (21.845) | (18.583) |
| Despesa Bancária | (60.327) | (52.149) |
| Total de Despesas | (625.796) | (687.226) |

i. Saúde

A Entidade opta em seu requerimento de renovação do CEBAS a condição de atendimento ao SUS no percentual mínimo de 60% e apresenta a documentação exigida pelo Inciso I, do artigo 4º da Portaria GM/MS nº 834/2016. Atua somente com atendimentos ambulatoriais conforme previsto no Artigo 21 da aludida Portaria.

A Fundação atinge 99,80% (2021) e 99,88% (2020) de atendimentos ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Exercício: 2021

| TIPOS DE ATENDIMENTOS (Descrição dos serviços prestados) | Número de atendimentos no ano | | | |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------|---------|--------|
| | SUS | NÃO SUS | TOTAL | % SUS |
| Atendimentos Ambulatoriais | 250.071 | 506 | 250.577 | 99,80% |
| Percentual final apurado SUS conforme Portaria GM/MS nº 834/2016: | | | | 99,80% |

Exercício: 2020

| TIPOS DE ATENDIMENTOS (Descrição dos serviços prestados) | Número de atendimentos no ano | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------|---------|--------|
| | SUS | NÃO SUS | TOTAL | % SUS |
| Atendimentos Ambulatoriais | 252.119 | 302 | 252.421 | 99,88% |
| Percentual SUS: conforme Inciso I, Art. 4º e Art. 21 da Portaria GM/MS nº 834/2016. | | | | 99,88% |

ii. Educação

No que tange a atuação na Educação, a Fundação atende os critérios do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, apresentando a seguinte situação:

DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS CONCEDIDAS

| EDUCAÇÃO BÁSICA | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------------------|------|------|
| Número de alunos matriculados | 570 | 609 |
| Bolsas integrais Lei nº 12.101/2009 | 93 | 96 |
| Bolsas parciais 50% Lei nº 12.101/2009 | 46 | 48 |
| Benefícios Complementares (Programa de apoio) | 0 | 0 |

Receitas Financeiras

| | | |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Descontos Obtidos | 146.156 | 171.267 |
| Juros Recebidos | 25.826 | 26.973 |
| Juros de Aplicações Financeiras | 68.134 | 24.864 |
| Outras Receitas Financeiras | 5.985 | 858 |
| Total de Receitas | 246.101 | 223.962 |
| Resultado Financeiro | (379.695) | (463.264) |

NOTA 22 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

| | 2021 | 2020 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Salários | 19.398.177 | 18.564.450 |
| Encargos Sociais | 1.802.601 | 1.883.264 |
| Férias e 13º Salário | 4.302.413 | 3.968.436 |
| Outros Benefícios | 456.600 | 1.169.507 |
| Total | 25.959.791 | 25.585.657 |
| Número de Empregados | 511 | 525 |

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS

| Tipo de Seguro | Cobertura | VIGÊNCIA | |
|--------------------------|-----------------------|------------|------------|
| | | Início | Vencimento |
| Compreensivo empresarial | R\$ 1.200.000 | 06/05/2021 | 06/05/2022 |
| Compreensivo empresarial | R\$ 11.400.000 | 15/05/2021 | 15/05/2022 |
| Veículo | 100% da Tabela FIPE | 17/02/2021 | 17/02/2022 |
| Responsabilidade Civil | R\$ 6.000.000 | 30/11/2021 | 30/11/2022 |
| Total | R\$ 18.600.000 | | |

A administração da Fundação considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

NOTA 24 - IMPACTOS DA COVID 19

A respeito da COVID-19, a Fundação vem acompanhando a evolução da pandemia no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores, terceiros, fornecedores e pacientes, para que adotem procedimentos preventivos quanto ao distanciamento social, seja interno ou externo, viagens e reuniões, bem como, os efeitos no nosso mercado interno e externo.

Ao final do exercício de 2021, os reflexos na operação da Fundação, observa-se ainda o aumento dos custos, em especial insumos e afastamento de funcionários.

Apesar de haver efetiva preocupação sobre os possíveis efeitos que possam vir a ocorrer em nossas operações, na medida do possível e antecipadamente, a Administração vem ajustando a operação para uma realidade que contemple um cenário atualizado, para que tais efeitos não afetem significativamente a liquidez da Entidade. Recursos adicionais foram recebidos através de doações e subsídios federais. Assim, até o momento, não há risco eminente que possa vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Fundação.

Não ocorreram eventos significativos, desde a data de encerramento das Demonstrações Financeiras de 2021, que pudessem afetar significativamente as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Fundação utilizou-se do mecanismo de banco de horas, antecipação de férias, suspensão de contrato de trabalho e redução de salário e jornada, visando minimizar os efeitos econômicos da operação. Através de seus canais de comunicações, orientou todos os funcionários em relação aos a evitar a proliferação da contaminação da Covid-19, seja na empresa ou em suas respectivas residências, abaixo algumas das ações:

- Higienização completa de ambientes;
- Distribuição de Álcool em gel;
- Restrição de acesso a suas unidades, com implantação de triagem;
- Distribuição de máscaras de proteção para todos os funcionários;
- Campanhas de conscientização de distanciamento social, uso de máscaras e cuidados de prevenção;

- Home Office, visando diminuir concentração de funcionários nas áreas administrativas; e,
- Reuniões através de videoconferências.

Assim, com essas ações de prevenção, visamos conter a proliferação do vírus no ambiente de trabalho e domiciliar dos nossos funcionários.

As Principais ações da Fundação a partir do início da Pandemia:

- Concessão de férias aos trabalhadores das áreas produtivas e administrativas;
- Folgas utilizando de Banco de Horas para compensação futura com feriados não religiosos;
- Prorrogação de prazo de vencimento dos títulos junto aos fornecedores;
- Utilização de linhas de longo prazo para captar financiamentos e empréstimos junto às instituições financeiras;
- Redução de custos de toda ordem;
- Trabalho de Home Office para parte do quadro de trabalhadores;
- Renegociação de contratos de serviços, aluguéis e fornecimento de materiais em melhores condições;
- Suspensão de contrato de trabalho para parte do quadro de trabalhadores; e,
- Redução de jornada e salários para parte do quadro de trabalhadores.

Outras Informações Importantes:

• Até 31/12/21, não tivemos nenhum cliente que entrou em recuperação judicial. Também até o presente momento não temos indicações ou notícias de novas recuperações judiciais que possam nos afetar ou que indique inadimplência futura, com apenas pequena redução de receita educacional por evasão de alunos;

• Houve aumento excessivo nos insumos hospitalares em decorrência da pandemia do COVID-19, alta do dólar, fim da isenção do ICMS para insumos no Estado de São Paulo e Tabela do SUS defasada que estão sendo gerenciados com revisão de processos pela administração da Fundação; e,

• Nossos funcionários que estavam com contratos suspensos, retornaram aos seus postos de trabalho gradativamente, assim como os que estavam com redução de jornada de trabalho.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Mantenedores da

FUNDAÇÃO PRÓ RIM

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Pró Rim ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Pró Rim em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstrações de Valor Adicionado**

As demonstrações de valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade é apresentada como informação suplementar, e foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1). Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras da **Fundação Pró Rim** do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 26 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 25 de março de 2022.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC)

nº 018.835/O-7-T-SP

ISABEL CRISTINA DE FREITAS

Contadora CRC (SC)

nº SC-042467/O-2

MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Pró Rim reuniu-se no dia 19 de abril de 2022, às 10h30min, na sede da entidade em Joinville/SC, Rua Alexandre Dumas, 50, Bairro Boa Vista, com a finalidade de analisar as Demonstrações Financeiras encerradas em **31 de dezembro de 2021**. Tendo constatada a veracidade e exatidão em todos os documentos comprobatórios, e que estão de conformidade com as normas jurídicas e contábeis, realizado ainda os esclarecimentos pelo Controller da Fundação, Sr. Leandro Zenni Lorga, são os Conselheiros Fiscais de parecer favorável, portanto, **aprova**ndo a prestação de contas, de acordo com o que estabelece o art. 25 do Estatuto Social da Fundação Pró Rim.

Joinville, 19 de abril de 2022.

Alberto José de Matos Neto
Céres Fabiana Felski da Silva
Sandro Luiz Schmidt

Presidente
Marcos Alexandre Vieira
CPF 929.622.620-15

Contadora
Aristela dos Reis
CRC/SC 036.504/O-2

Cod. Mat.: 817972

O DIÁRIO OFICIAL ESTÁ MAIS PERTO DE VOCÊ

Acesse o Diário Oficial do Estado: www.doe.sea.sc.gov.br

